

AO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA XXXXX/UF

Processo nº.

NOME, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no §3º do art. 403 do CPP, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

aduzindo, para tanto, o que segue:

I - BREVE RELATO DOS FATOS

O réu foi denunciado como incurso nas sanções dos artigos 147 (por duas vezes), 129, §1º, I, e §9º, ambos do CP, e dos artigos 21 (por duas vezes) e 65, ambos da Lei de Contravenções Penais, c/c os artigos 5º, III, e 7º, I e II, da Lei nº 11.340/06, por fatos supostamente ocorridos entre DATAS, praticados em desfavor de sua então companheira NOME.

Devidamente instruído o feito, a Acusação, em suas alegações finais (CITAR FOLHA), requereu a **procedência parcial** da pretensão punitiva.

Vieram os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memoriais.

II - PRELIMINAR:

II.1 - NULIDADE DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DE CITAR FOLHA. AUSÊNCIA DE ADVOGADO OU DEFENSOR. DESRESPEITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA.

Inicialmente, é necessário o reconhecimento da nulidade absoluta da audiência de instrução e julgamento de CITAR FOLHA, oportunidade em que ouvida a vítima NOME.

Conforme se lê do Termo de Audiência de CITAR FOLHA, estavam ausentes da solenidade **“o acusado NOME, bem como seu procurador, Presente o Ministério Público.”** (CITAR FOLHA).

No mesmo sentido, percebe-se, às CITAR FOLHAS, que **não consta qualquer assinatura do acusado ou de seu procurador**, sendo a assinatura de CITAR FOLHA, aposta ao lado de “PARTE/PROCURADORES”, em verdade, do Promotor de Justiça presente à audiência.

Flagrante, portanto, o inadmissível desrespeito ao contraditório e à ampla defesa, uma vez que, em fase tão relevante da persecução criminal, qual seja, a oitiva da vítima, não foi possibilitado ao acusado, ainda que por intermédio apenas da Defesa Técnica, contraditar a testemunha ou mesmo velar pela regularidade do ato processual, o qual sequer foi filmado ou gravado.

Firme é a jurisprudência pátria ao reconhecer o inequívoco prejuízo ao acusado e o desrespeito ao devido processo legal em hipóteses como a que ora se analisa. Confirma-se, por oportuno, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

ARTIGO 228 DO CÓDIGO PENAL E
ARTIGO 244-A DO ESTATUTO DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. OITIVA
EM JUÍZO DA VÍTIMA SEM A PRÉVIA
INTIMAÇÃO DO PATRONO DA ACUSADA
E SEM QUE FOSSE DESIGNADO
DEFENSOR DATIVO PARA O ATO.

RENOVAÇÃO NÃO REALIZADA. OFENSA AO CONTRADITÓRIO. NULIDADE CARACTERIZADA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. A garantia ao contraditório, inerente ao devido processo legal implantado no seio de um Estado Democrático de Direito, deve ser respeitada durante toda a instrução criminal, já que se trata de uma forma de controle de legalidade da prova posta à disposição das partes, por meio da qual podem, inclusive, produzir elementos de convicção aptos a dar embasamento à tese sustentada em juízo, seja ela acusatória ou de defesa.

2. A ampla defesa constitucionalmente garantida deve abranger tanto o direito do acusado ser assistido por profissional habilitado, conhecida por defesa técnica, como o direito de autodefesa. Doutrina.

3. Na hipótese, uma das vítimas foi ouvida em juízo sem que estivessem presentes ao ato a acusada ou a sua defesa técnica, para o qual sequer foram intimadas, e sem nomeação de defensor ad hoc.

4. Embora o próprio órgão acusatório tenha proposto a nova realização do ato processual objurgado, visando restabelecer o contraditório, é certo que tal providência não foi concretizada, circunstância que evidencia o malferimento ao referido postulado que forma um dos pilares do devido processo legal.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para deconstituir o trânsito em julgado da sentença condenatória proferida em desfavor da paciente, anulando-se a ação penal desde a audiência na qual foi ouvida a vítima J. C. O., inclusive, observando-se, na renovação do ato, as

garantias previstas na Constituição Federal.
(HC 305.133/ES, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2015, Dje 30/03/2015)

No mesmo sentido, garantindo a necessária presença da Defesa Técnica ao ato solene, ainda que por intermédio de defensor constituído meramente para o ato, dispõe o Código de Processo Penal:

Art. 265. O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 1º A audiência poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer.

§ 2º Incumbe ao defensor provar o impedimento até a abertura da audiência. Não o fazendo, o juiz não determinará o adiamento de ato algum do processo, devendo nomear defensor substituto, ainda que provisoriamente ou só para o efeito do ato.

Dessa forma, ante o evidente desrespeito às garantias constitucionais asseguradas ao acusado, requer a Defesa o reconhecimento da **nulidade absoluta** da audiência de instrução e julgamento realizada às CITAR FOLHAS pelo juízo deprecado, anulando-se, por conseguinte, todos os atos processuais subsequentes à referida solenidade.

II.2 - NULIDADE DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DE FLS. XX/XX. CONFIRMAÇÃO GENÉRICA DA VÍTIMA DOS RELATOS PRESTADOS EM SEDE INQUISITORIAL. AFRONTA AO ART. 155 do CPP. DESRESPEITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA.

Não bastasse a ocorrência da nulidade acima apontada, outra causa de nulidade se fez presente na audiência de instrução e julgamento de CITAR FOLHA, realizada pelo juízo deprecado, ocasião em que ouvida presencialmente a vítima NOME.

Consoante se afigura do Termo de Audiência de CITAR FOLHA:

“Inquirida pelo MM. Juiz, respondeu: **que são verdadeiros os fatos narrados na denúncia de CITAR FOLHA desta Carta Precatória; que confirma as declarações de CITAR FOLHA dos presentes autos; que ratifica o conteúdo das declarações de CITAR FOLHA desta Carta precatória;** que confirma, com certeza, que o processo continue contra o denunciado; que depois desses fatos, a depoente veio para ____-UF, depois que ele te bateu, e a depoente nunca mais voltou lá; que lá em ____-UF a depoente somente tem o pai e os irmãos; que se sente segura aqui; **que nada mais tem a declarar sobre os fatos; que ratifica a representação contra o denunciado pois tudo que consta na denúncia é verdade.** O REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO nada perguntou. NADA MAIS. Para constar, lavrou-se o presente que vai devidamente assinado”.

Com efeito, da leitura do Termo de Audiência acima transcrito, resta claro que a vítima – não se sabe se espontaneamente ou por intermédio de indagação do Ministério Público ou do d. juízo (eis que o ato não foi filmado ou gravado) – **limitou-se a ratificar as suas declarações prestadas em sede inquisitorial, fase na qual**

não há ampla defesa e contraditório e sequer participação da Defesa Técnica.

Ora, é cediço que o processo penal moderno não pode ser tido como mero procedimento apto à colheita de provas, mas, sobretudo, consiste em **garantia fundamental do acusado**, pautada pelo princípio da presunção da inocência e em obediência às regras e procedimentos previamente estabelecidos.

Nesse sentido, a **mera retificação** de declarações prestadas perante a autoridade policial – então colhidas sem a presença da Defesa e em inobservância ao contraditório e mesmo ao princípio da publicidade –, não é suficiente para possibilitar ao acusado que, ouvindo a narrativa apresentada pela vítima, possa confrontá-la, de pronto, à sua versão dos fatos ou mesmo às declarações prestadas pelas testemunhas e às conclusões alcançadas pelas provas periciais.

Não por outra razão, dispõe o art. 155 do CPP que “**o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação**, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”.

O dispositivo processual acima mencionado sustenta, em regra procedimental, o inafastável princípio do contraditório, garantindo que a prova válida ao processo penal é aquela produzida em juízo, **com a efetiva participação de ambas as partes** – Defesa e Acusação – e sob a presidência do magistrado equidistante.

Dessa forma, por não observar o **princípio da espontaneidade**, que deve nortear a colheita da prova oral, bem

como por não possibilitar ao acusado o seu direito à dialética contraditória, postula a Defesa o reconhecimento da **nulidade absoluta** da audiência de instrução e julgamento realizada às CITAR FOLHA pelo juízo deprecado, anulando-se, por conseguinte, todos os atos processuais subsequentes à solenidade.

III - MÉRITO:

III.1 - LESÕES CORPORAIS: INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. RECIPROCIDADE DAS AGRESSÕES. EXCLUSÃO DA ILICITUDE

Estabelece o artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal que **“o juiz absolverá o réu**, mencionando a causa na parte dispositiva, desde **que reconheça** (...) não existir prova suficiente para a condenação”. Trata-se, consoante cediço, da positivação dos princípios do “in dubio pro reo” e do “favor rei”, segundo os quais **em caso de dúvida deve sempre prevalecer o interesse do acusado**. Ressalte-se, como consignado por TOURINHO FILHO, que, na verdade, a absolvição por falta de provas não se traduz num favor, mas numa consequência natural da ausência de prova da narrativa acusatória¹.

Superadas as preliminares inicialmente arguidas, quanto ao mérito, não há nos autos provas da autoria delitiva suficientes para a condenação do acusado, consoante se passa a demonstrar.

Inicialmente, é necessário ressaltar que a vítima, ouvida em juízo (CITAR FOLHA), **limitou-se a ratificar** suas declarações prestadas em sede inquisitorial.

A testemunha NOME não presenciou os fatos e em nada acrescentou à elucidação das imputações. Em juízo, afirmou apenas que:

¹ TOURINHO FILHO, Fernando Costa. Código de processo penal comentado. 15 ed. São Paulo. Saraiva. 2011.

Que conhece a NOME; que ela não é nada dela; que o réu é irmão da vítima; **que falou com a vítima apenas duas vezes; que não morava perto das partes na época dos fatos;** que soube que eles brigavam; **que a viu de braço quebrado e ela disse que ele havia batido nela; que ela não especificou essa agressão; que não conversaram; que não falou de tesoura ou cabo de vassoura; que do processo conhece apenas ela e falou com ela apenas duas vezes; que não tem contato com seu irmão; que quando viu o braço quebrado, não sabe se foi em ANO; que acha que na época nem estava aqui;**

O acusado, por sua vez, em sede judicial (mídia – CITAR), **negou a prática dos crimes atribuídos na denúncia,** assim se manifestando quanto aos fatos em apuração:

Que se recorda de uma discussão; **que ele estava com um cortador de unhas; que ela foi o agredir e do jeito que ela bateu ele bateu nela;** que ele estava com um cortador de unhas; **que era um limpador da parte debaixo da unha; que na sequência ele saiu;** que eles se relacionaram por três anos; que tem um filho em comum, atualmente com sete anos; que na época dos fatos não estavam mais juntos; **que isso foi de manhã; que ela foi para cima dele; que ele estava limpando a unha do pé e ela foi o agredir, chutando; que em razão da agressão iniciada por ela ele a agrediu;** que era a moça que dividia aluguel com ele; **que a vítima não**

trabalhava para NOME; que NOME tinha filho pequeno; que ninguém cuidava do filho de NOME, que era desempregada; que a vítima foi até lá com a desculpa de conversar com a NOME, mas NOME não estava em casa; que só estavam ele e a vítima; que começaram a discutir por mentiras que ela contou; que apenas discutiram; que não houve nenhuma agressão física; que não houve socos ou chutes; Que se recorda que ela foi agredida por uma vassoura; que não foi ele; que ela disse que iria o acusar; que ela é usuária de drogas e a pegaram e bateram nela; que tiveram outra discussão e ela se aproveitou e imputou ao réu as agressões; que ela havia pedido ajuda a ele, mas não se falaram pois ele estava com raiva dela pelos ocorridos anteriores; **que ele viu o braço dela machucado; que não estava engessado; que o braço estava roxo e inchado; que não sabe quanto tempo durou isso pois não tinham contato; não sabe por quanto tempo ela ficou machucada; que a vítima inventou os fatos pois queria reatar o relacionamento mas ele não queria; que diante do primeiro fato ter “o complicado”, pois ele foi para a delegacia de polícia, ela se aproveitou quanto aos demais; que a irmã da vítima se chama NOME; que ele frequentava a igreja; que a vítima passou a ir depois que ele passou a ir; que NOME não ia para essa igreja; que em nenhum momento ele falou com NOME da vítima; que NOME não se metia na**

briga das partes; que apenas disse para a vítima que era para ela parar de procurar ele; que não disse para ela “tomar cuidado”; que ela inventou isso porque a relação não deu certo, por vingança; que nessa época havia medida protetiva; que ele cumpria as medidas; que ele não se aproximava dela; que ela que se aproximava dele, levando o filho para vê-lo; que não moravam próximo; que não passou de bicicleta por lá; que tem uma tia no Itapoã, mas não é sempre que a visita; que a tia não morava lá na época dos fatos; que não tem razão para passar na porta da casa da vítima;

Em relação ao crime de lesões corporais, colhe-se da versão acima apresentada que as agressões efetuadas contra a vítima decorreram da conduta da ofendida consistente em **investir contra o réu e o agredir inicialmente.**

Com efeito, no caso em análise, é possível concluir que as lesões imputadas na denúncia não se deram da forma como apontada pela Acusação. **Isso porque não foi réu quem, prévia e deliberadamente, iniciou as agressões, mas apenas reagiu em um segundo momento, posteriormente ao sofrer agressões provocadas pela vítima.**

Nesse ponto, é necessário considerar que o cotejo entre as declarações judiciais do réu e da vítima aponta divergência acerca do efetivo início da contenda. Não se produziu, in casu, a certeza necessária para apontar quem deu início às agressões.

O que se logrou comprovar nos autos é que de fato houve uma discussão entre os envolvidos, a qual, na sequência, resultou em agressões recíprocas. Todavia, em relação à exata dinâmica dos fatos,

em especial quanto ao início das agressões, o que emerge do conjunto probatório é a dúvida, a qual, em observância ao princípio do *in dubio pro reo*, deve aproveitar ao acusado.

Nessa linha, confira-se o entendimento deste E. TJDF:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. AMEAÇA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PALAVRA DA VÍTIMA. AUSÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO. 1. **Nos crimes praticados contra mulher em contexto de violência doméstica, ocorridos normalmente em ambiente privado, às escondidas, sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima recebe relevo especial, desde que em consonância com outros elementos de convicção.** 2. Na hipótese em que não há qualquer outra prova corroborando a versão da vítima, que se mostra isolada nos autos, impõe-se, sob o pálio do princípio do *in dubio pro reo*, a absolvição do réu por não existir prova suficiente para sua condenação, nos termos do Art. 386, VII, do CPP. 3. **Recurso provido para absolver o réu.** (Acórdão 1289249, 0063029820188070016, Relator: CRUZ MACEDO, 1ª Turma Criminal, data de julgamento: 1/10/2020, publicado no PJe: 15/10/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Necessário ainda ressaltar, quanto a todos os crimes atribuídos, que **o relato da vítima, por si só, não possui autonomia para motivar uma sentença condenatória, vez que no Direito Penal não se trabalha com presunções ou conjecturas, mas somente com o juízo da certeza.** Quando a Ação Penal reúne dados probatórios que geram dúvidas e se tornam inaptos a demonstrar a ocorrência da infração penal denunciada pelo Ministério Público, a absolvição é a certa prestação jurisdicional aplicável ao caso, fundamentada pelo princípio do *in dubio pro reo*.

Repete-se, é bem verdade, que, tendo em vista o espírito do legislador ao positivar a Lei Maria da Penha, o relato da

suposta agressão deve ter uma credibilidade maior num primeiro momento. A intenção do legislador foi exatamente proteger a mulher, fixando uma presunção (*iuris tantum*) de que ela é a parte mais frágil nas relações domésticas e que o Direito deve ampará-la.

No entanto, o relato dado pela ofendida não pode ser considerado verdade absoluta. É necessário que o Judiciário sopesse as versões das partes e avalie principalmente a verossimilhança de cada uma delas para que se possa optar pela condenação ou absolvição do acusado. Não fosse assim, o legislador teria conferido às mulheres uma fé que distorceria todo o sistema constitucional, pois colocaria as mulheres em um patamar de confiabilidade absoluta e subjugaria a credibilidade dos homens, o que ofenderia frontalmente o art. 5º, I, da Constituição da República. Definitivamente, não foi a intenção do legislador dar à mulher uma credibilidade maior que a do homem. Isso não está no âmbito da proteção da Lei Maria da Penha. O que o legislador quis foi somente intensificar a proteção dada à mulher, normalmente a parte fisicamente mais frágil numa relação.

Em casos como este, não se pode utilizar, de forma mecânica, o chavão da prevalência da palavra da vítima. É necessário que o julgador analise o caso com mais acurácia e, caso não encontre outros elementos aptos a lhe darem um juízo de certeza acerca da ocorrência do fato, tem a obrigação de absolver o réu, nos termos do art. 386, VII, do CPP, sob pena de assumir o risco de condenar um inocente, o que afrontaria o mais mezinho princípio de Direito Processual Penal, o *in dúbio pro reo*.

É como ensina Paulo Rangel²:

"O elemento impulsionador da interpretação que se deve adotar para alcançar a norma mais favorável ao acusado, diante de dois caminhos que se possa adotar, é exatamente o do favor rei.

² Paulo Rangel, Direito Processual Penal, 28a Edição, Rio de Janeiro:, Editora Atlas
NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA

(...). Portanto, estando o juiz diante de prova para condenar, mas não sendo esta suficiente, fazendo restar dúvida, surgem dois caminhos: condenar o acusado, correndo o risco de se cometer uma injustiça, ou absolvê-lo, correndo o risco de colocar nas ruas, em pleno convívio com a sociedade, um culpado. A melhor solução será, indiscutivelmente, absolver o acusado, mesmo que corrento o risco de se colocar um culpado nas ruas, pois antes um culpado nas ruas do que um inocente na cadeia."

A lição acima não pode ser encarada apenas como um postulado acadêmico. É preciso se fazer viva no cotidiano da sociedade, mesmo em tempos de ativismo judicial e de fortes ataques às garantias individuais.

Dessa forma, quanto ao crime de lesão corporal, ante a dúvida que emerge do cotejo entre as provas produzidas durante a instrução processual, postula a Defesa a absolvição do acusado, seja com fulcro no art. 386, inciso VII, do CPP, seja com base no 386, inciso VI, do mesmo diploma legal, ante o reconhecimento da exclusão da ilicitude prevista no art. 23, II, do CP.

Quanto aos demais delitos, em sintonia com as alegações finais ministeriais, postula a Defesa a absolvição do réu, com base no art. 386, VII, do CPP.

IV - PEDIDO

Ante o exposto, requer a Defensoria Pública:

a) preliminarmente, o reconhecimento da **nulidade absoluta** da audiência de instrução e julgamento realizada às fls.

XX/XX pelo juízo deprecado, anulando-se, por conseguinte, todos os atos processuais subsequentes à solenidade, **i)** seja em razão da ausência de defensor na assentada; **ii)** seja em virtude da mera ratificação das declarações extrajudiciais da vítima;

b) no mérito,

b.1) quanto ao crime de lesão corporal, a absolvição do acusado, seja com fulcro no art. 386, inciso VII, do CPP, seja com base no 386, inciso VI, do mesmo diploma legal, ante o reconhecimento da exclusão da ilicitude prevista no art. 23, II, do CP; e

b.2) em relação aos demais delitos, a absolvição do réu, com base no art. 386, VII, do CPP.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

DEFENSOR PÚBLICO